



## A HISTÓRIA RURAL e o MST no Pontal do Paranapanema-SP: o desejo do roçado do passado ao tempo presente...

*Maria Celma Borges<sup>1</sup>*

### Introdução

[...] sob a égide de interrogações radicais, que repõe contradições e dilemas [...] talvez a principal dessas contradições seja a relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói<sup>2</sup>.

Logo na Introdução da tese<sup>3</sup>, defendida em 2004, vi a necessidade de discutir a presença física do historiador no tema, momento em que chamei a atenção para a minha história de vida<sup>4</sup> e objeto de pesquisa, entrela-

---

<sup>1</sup> Profa. Titular do Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, e integrante, desde 2014, do programa INCT "História Social das Propriedades e direitos de Acesso" – Coordenação Geral: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Maria Menendes Motta (UFF). E-mail: mariacelmaborges2017@gmail.com

<sup>2</sup> JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.63.

<sup>3</sup> BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP. 2004. 384 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Unesp, Assis, 2004. Boa parte da tese, exceto a discussão que faço no item 1.3 deste texto (e outros itens que compunham o capítulo 4 da tese), foi publicada em: BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**: práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema-SP. São Paulo: Annablume, 2010.

<sup>4</sup> Sou a 8<sup>a</sup>. filha, caçula, de um casal de retirantes nordestinos de Ibicuíã, no Ceará, para São Paulo na década de 1950. Por esta história de vida, pude enxergar e viver desde muito cedo o constante e sofrido trabalho em terras alheias de meus pais, irmãos e irmãs, por olarias, fazendas e usinas, como arrendatários, boias-frias, e a vida de opressão e de itinerância de uma terra para outra até que conquistassem o seu pedaço de chão, por meio do MST, no assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio-SP, mas num tempo em que o “encontro tardio do homem com a terra”, como diz uma grande amiga e geógrafa, profa. Dra. Rosemeire Aparecida Almeida, fez com que nela pudessem permanecer por apenas seis anos, de 2000 a 2006. Nesse tempo, escrevi parte da tese de Doutorado nas idas para o assentamento Santa Zélia. Meu pai adoeceu em 2006, de Alzheimer, e tiveram que voltar para a cidade, mas para ele foram os seus melhores anos aqueles vividos na terra conquistada.

çados, a evidenciar o lugar de onde eu falava. Para tanto, utilizei autores que deram embasamento a discussão da impossibilidade de isenção de valores na análise do tema. Japiassu<sup>5</sup> foi um deles ao ensinar que não há neutralidade na ciência, muito menos na escrita da história, e a produção científica é evada de questões do seu tempo. A objetivação para a análise implica exercício árduo, pois objetividade e subjetividade são partes de um mesmo processo. As contribuições desse filósofo foram base para que eu percebesse ser imprescindível explicitar de que modo a minha história se entrelaçava à história do MST.

Talvez, por esse laço umbilical com a terra, por ter vivida e enxergado, desde muito pequena, a luta de meus pais pelo acesso à terra pelos campos do Pontal do Paranapanema –SP, concordo com Paulo Freire quando afirma que a pedagogia do oprimido só pode ser feita por aqueles que conhecem a opressão, pois: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”<sup>6</sup>.

Em vista dessa história de vida, a escolha da questão agrária não foi aleatória. Bem por isto que desde a graduação em História, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a temática da terra me persegue e eu a persigo. No trabalho em sala de aula, desde 1997, na UFMS, com disciplinas como América portuguesa e Brasil Império, entre outras, também é possível estudar esse universo, especialmente no ensino e pesquisa sobre os roceiros, pobres e livres, povos originários e escravizados. Faz-se necessário essa busca no passado porque nos alimenta para o presente. Historicamente foram (e são) os povos da terra – escravizados, pobres e livres, povos originários, pequenos sitiantes, agregados, arrendatários, posseiros, camaradas, boias-frias, sem-terra, assentados, dentre outras categorias-, homens, mulheres e crianças, que, na labuta cotidiana na terra de trabalho e “morada da vida”, como ensinou Heredia<sup>7</sup>, quem defendeu a natureza com suas práticas centenárias.

---

<sup>5</sup> JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.31.

<sup>7</sup> HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.07)

Costa, ao discutir o que é o conhecimento na produção das ciências humanas, fornece indícios para esta percepção do estudo da história atrelado à emoção, observando que: “O conhecimento é uma mistura de razão e emoção, de rigor e poesia, das dimensões materiais e imaginárias. Nesse sentido, esses componentes não podem ser excluídos do entendimento do mundo de expropriação e criações desses trabalhadores”<sup>8</sup>. As considerações desta autora acenam para a complexidade no fazer-se da história rural, daquela que constituída por ambiguidades, como a própria formação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, deriva também do que os homens e mulheres em luta estabelecem num tempo em que se constrói a vida, seja no sítio ou lote ou mesmo nos espaços de organização política, como em movimentos sociais pelas ocupações de fazendas, pelas manifestações em praças, avenidas, frentes de agências bancárias, marchas, etc.

Em vista do objetivo deste texto, que é a narrativa de parte da história do MST no Pontal do Paranapanema entrelaçada à história rural do Brasil, na busca deste multicolorido de faces, pedaços de histórias, presentes na exposição de memórias, vão sendo recortados e apresentados quando da análise dos relatos dos assentados e militantes do MST, especialmente na reflexão do que significa ser “sem-terra”. Ao juntarem-se, na interpretação tecida pela historiadora, acredito compor um mosaico do que é ser o indivíduo em meio à terra do trabalho e, ao mesmo tempo, a compor o coletivo entre as práticas do Movimento. Por vezes, os pedaços se encontram, constituindo um todo colorido que dificulta a distinção das cores e dos retalhos. Nesta simbiose, partes se inter-relacionam compondo o coletivo, especialmente nos marcos de memórias<sup>9</sup>, daquelas histórias partilhadas que sublinharam as lutas nos diferentes tempos, do acampamento ao assentamento. Entrementes, também se dissolvem em meio ao olhar atento a per-

---

<sup>8</sup> COSTA, Cléria Botelho. **Vozes da terra – Indaiá: “O porto das esperanças”, 1980-1990.** 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.149.

<sup>9</sup> Entendo por marcos de memória acontecimentos que foram registrados, de forma comum e similar, em vários relatos dos assentados do Assentamento São Bento e Che Guevara, em Mirante do Paranapanema, sendo um dos focos da pesquisa de doutorado. Marcos de memória como a “queima de tratores” na fazenda Estrela D’Alva; a “matança de bois” em um dos acampamentos; o despejo da rodovia SP-613 que liga Teodoro Sampaio a Euclides da Cunha, quando da primeira ocupação de terras na fazenda Nova Pontal, a “ação motorizada” quando da ocupação e plantio em terras das fazendas, entre outros. (BORGES, Op. Cit, 2010)

ceber as cores variadas que evidenciam a subjetividade a compor cada retalho da colcha, pela memória individual.

Como se fosse um jogo de baralho em que, de início, as cartas parecem formar um todo coerente, para que se movimentem é preciso que se diluam, mas ainda se encontrem quem sabe para algumas conquistas, de modo dinâmico, ambíguo. Talvez o MST no Pontal do Paranapanema, e porque não na história do Brasil, seja mesmo este mosaico composto de indivíduos e do coletivo, em certos momentos amalgamados, mas de modo que a subjetividade não deixe de existir pela materialidade das condições objetivas.

São algumas dessas questões que abordarei a seguir, primeiro com o olhar para o modo como a história rural pode contribuir na leitura do presente e como passado e contemporaneidade se inter-relacionam na dimensão da importância do campesinato na história do Brasil. Na discussão das relações tecidas entre a militância, a direção e a base do MST, abordarei a objetividade e a subjetividade das práticas camponesas, com o olhar para os dois primeiros assentamentos rurais conquistados pelo MST no Pontal do Paranapanema: o assentamento São Bento e o Che Guevara, ambos em Mirante do Paranapanema –SP, visando apresentar um retorno a um panorama dessas lutas pelos campos do Pontal no início do século XXI. Por fim, objetiva-se, ainda que de forma breve, trazer as questões para o presente a fim de indagar o que permaneceu e/ou transformou-se no MST no decurso de dezesseis anos após o término da tese.

## **A História Rural e o MST: das roças de abastecimento interno à produção de alimentos**

Algum dia, não sei quando, as futuras gerações vão participar da colheita. Mas esta colheita só vai existir se, hoje, houver quem plante. A semente é humilde; a palavra humilde tem a mesma raiz da palavra ‘humus’ – que em latim significa terra. Ser humilde é ter os pés na terra. E não é fácil na militância ter os pés na terra<sup>10</sup>.

A história do campesinato brasileiro, especialmente a dos pobres da terra, necessita ser reconstituída também a partir da história rural do Brasil, e contada, para que as violências do presente não deixem que seus escom-

---

<sup>10</sup> BETTO, Frei. **Ética na militância**. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, Janeiro de 2002, p.01. (mimeografado).

bros, como diria Walter Benjamin<sup>11</sup>, se apresentem de um modo a encobrir as experiências materializadas nos recuos e ganhos, nas perdas e conquistas. Os destroços que cotidianamente vem sendo apresentados a nós, na atualidade, desde as notícias veiculadas pela grande mídia impressa e televisiva - como a tentativa de criminalização dos movimentos sociais - às ações do governo federal no sentido de “deixar passar a boiada”<sup>12</sup> e, junto a ela, todos os direitos dos povos da terra, parecem querer dizer que há somente terra arrasada, mas ao reverso disso é possível visualizar uma paisagem outra que mostra a generosidade e a dimensão humana desses movimentos, como, por exemplo, nas ações do MST, no presente, quando da distribuição de alimentos produzidos nos acampamentos e assentamentos de ao menos dezessete Estados para tentar minimizar as violências oriundas desse contexto de pandemia, especialmente a fome.

A resiliência e a criatividade do MST, de homens, mulheres e crianças, de sua juventude, no uso, por exemplo, de novas tecnologias e canais de comunicação, como o *Facebook*, o *Instagram*, *Twitter*, etc, para dar continuidade às suas lutas, divulgá-las, é uma marca impressa no modo possível de cada dia (as vezes do impossível) e desenha outros traços que não somente a barbárie, cujos contornos estão plenos de vida. Mais do que nunca

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da História. In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>12</sup> Esta expressão “deixar passar a boiada” deriva de uma fala do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, do governo de Jair Bolsonaro, no dia 22 de abril de 2020, numa reunião ministerial. Referia-se o Ministro à necessidade de deixar passar a desregulamentação de leis de controle de terras da Amazônia, por exemplo, aproveitando os tempos da pandemia, já que os olhares da mídia estariam centrados na maior crise de saúde vivida no mundo, nos últimos tempos. Um mês após esta reunião, em meio a uma investigação do STF, especialmente sobre a denúncia do ex-ministro da Economia, Sérgio Moro, de que Bolsonaro tentaria interferir na Polícia Federal para favorecer a interesses particulares - por isto, conforme Moro, a sua exoneração do cargo de Ministro- em 22 de maio veio à tona o vídeo desnudando a posição do governo sobre as áreas de preservação ambiental e os povos da terra: "A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralégais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo, cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo." [...] "Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos." - Ricardo Salles. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2020.

é preciso recontar essas histórias de homens, mulheres, jovens e crianças, os quais, na labuta da terra e na reivindicação de muitos outros direitos usurpados historicamente, buscaram (e buscam) viver a esperança de que é possível uma sociedade fundamentada na justiça.

Desde a América portuguesa, a sabedoria para o cultivo e produção de alimentos é uma herança dos povos da terra em nossa história rural. O texto de Pedroza<sup>13</sup> revela os saberes indígenas e dos roceiros, pobres e livres, em especial no cultivo das roças de mandioca, entre outras culturas que além de servirem para o autoconsumo também contribuíam para o abastecimento interno da Colônia. As roças, por toda a Colônia e Império, fossem aquelas cultivadas por povos originários, escravizados e/ou ainda pobres e livres, era desígnio de vida, pois produtoras de comida, uma das bases da dignidade humana, como diria Antônio Candido<sup>14</sup>, ao reforçar o quanto ter acesso aos “mínimos vitais” é fundamental para a gente simples da terra.

A vida nas pequenas roças de autoconsumo e ainda produtoras de gêneros para o abastecimento interno necessita ser contada por que ali estão evidenciadas as raízes da história do campesinato brasileiro. Se a produção da cana-de-açúcar, a economia mineradora, a produção cafeeira, a pecuária, o algodão e tabaco, as drogas do sertão, entre outras economias, geraram dividendos para a elite no atendimento aos seus interesses econômicos e políticos voltados ao enriquecimento privado e ao mercado externo, a vida no interior da América portuguesa e do império não se limitava a esse universo. Não se comia a cana in natura, a não ser a ingestão de seu sumo, e nem mesmo o café. Também não se digeriria o minério, o algodão ou o tabaco. A história fundamentada no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura não diz muito dessas outras histórias. O tripé proposto por Prado Jr<sup>15</sup> já foi superado faz um bom tempo, mas é preciso ainda descolonizar a nossa interpretação da história rural, especialmente do campesinato e de

---

<sup>13</sup> PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>14</sup> CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p.198, ao discorrer “a importância social do alimento e o seu valor simbólico”, e ainda a “escassez dos alimentos prediletos”, entendeu que, no contexto de crise social a que se referia, tais questões “permitem interpretar este mito como sacralização de emoções ligadas à subsistência, e como verdadeira projeção da ‘fome psíquica’- com tudo que ela comporta de interferência na personalidade e na visão do mundo”.

<sup>15</sup> PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

sua interpretação interligada ao atraso, ao rústico, pois do contrário essa história e os seus agentes continuarão a margem dos debates acadêmicos, especialmente da História.

Antônio Candido, na década de 1960, ao discutir os parceiros do Rio Bonito, um bairro rural do município de Bofete, em São Paulo, assinalava a questão da “rusticidade” como um traço da vida desses homens e mulheres desde a Colônia, parecendo manter a tese do atraso na referência ao “caipira típico”. Todavia, não deixou de apontar para o fato de que: “O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra e, dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina”<sup>16</sup>. Reforçou ainda que: “Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário”<sup>17</sup>. Sobre o modo de vida e as habitações, Candido destacou que as casas poderiam estar próximas, tal como distantes: “O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em agrupamentos de vizinhança”<sup>18</sup>.

Ainda nos anos 1960 tem-se o trabalho clássico de Maria Sylvania de Carvalho Franco<sup>19</sup>, precursor no debate dos homens pobres e livres no contexto da escravidão, ainda que os tenha entendido dentro dos limites de sua abordagem centrada na violência como explicativo da história, o que os deixava, no seu entender, sem “razão de ser”. Muitas críticas foram tecidas a esta interpretação, mas não é possível negar as suas contribuições para a inserção do debate dos pobres da terra no interior da academia. A historiografia agrária produzida desde ao menos a década de 1970, com Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, entre outros<sup>20</sup>, somando-se ao trabalho de Antônio Candido, veio enunciar novas

---

<sup>16</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p.81.

<sup>17</sup> Op. Cit, p.82.

<sup>18</sup> Op. Cit, p.62.

<sup>19</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

<sup>20</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987; LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Teixeira da. **História**

possibilidades para a abordagem do campesinato, especialmente dos pobres e livres e também da “brecha camponesa”, entre outros temas.

Na década de 1980 temos a continuidade destas discussões da história rural, como o trabalho de Vera Ferlini, ao estudar a terra e os seus agentes, a partir do Nordeste açucareiro no período colonial, e apontar para a necessidade de ampliarmos o foco de análise e de seus sujeitos: “[...] o conjunto das relações da sociedade colonial foi retratado em duas categorias fundamentais: senhores e escravos, todavia esta caracterização escondia extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros, artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça e desocupados”<sup>21</sup>.

Uma obra importante para a reflexão dos roceiros e o seu papel na produção de alimentos e nas formas de resistência na história rural do Brasil, a exemplo da “brecha camponesa” para a discussão dos escravizados e ainda dos quilombos, é a de Stuart Schwartz, pois em fins dos anos 1990 também já alertava para essa história e esses personagens, com ênfase para aqueles que compunham o universo de produção de alimentos: “[...] os historiadores precisam reconstruir os processos históricos específicos nos quais se formaram as relações entre escravos e roceiros. A agricultura de subsistência e a de exportação estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda”<sup>22</sup>.

Outras análises em torno da história rural e na ampliação de temporalidades estudadas foram tecidas no decurso dos anos 1990, como o trabalho clássico de Márcia Motta<sup>23</sup> acerca da luta dos pequenos posseiros nos tribunais do Rio de Janeiro do século XIX e o modo como lidaram e questionaram, judicialmente, as prerrogativas da Lei de Terras de 1850. Mais recentemente, esta mesma autora, ao coordenar o programa INCT, Propriedas, envolvendo pesquisadores de várias localidades e instituições do Brasil e de outros países, tem contribuído para a valorização de estudos do mundo rural e do sentido da propriedade na mais ampla acepção. Todavia, se observarmos a produção acadêmica em torno da história rural, de um modo geral

---

**da Agricultura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>21</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder.** O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003., p.209.

<sup>22</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.125

<sup>23</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.



- se comparada à história urbana - perceberemos que grande parte dos historiadores, de longa data, ainda não rompeu com os estigmas do “atraso” que marcaram o campo brasileiro.

Uma das questões que tem contribuído para o estudo da história rural é a reflexão do papel dos pobres e livres e a importância de suas roças para o abastecimento interno, desde a Colônia<sup>24</sup>. Ainda que, quase sempre às margens, esses personagens foram e são fundamentais na produção de alimentos e também nos cenários de vários movimentos sociais e revoltas, especialmente a partir do período regencial<sup>25</sup>, mostrando ser possível o avanço das interpretações para além da violência, da desclassificação e da marginalidade.

No tempo presente, é fundamental estudar os assentamentos rurais na perspectiva da história e, nela, também o campesinato negro<sup>26</sup>, pois derivam de formas de resistência construídas ao longo do tempo e por agentes sociais também diversos, como os quilombolas, hoje remanescentes de qui-

---

<sup>24</sup> Ainda sobre os pobres e livres, podemos destacar alguns trabalhos que, desde os anos 1980, tem encontrado espaço para materializar esse debate pelos vários cantos do Brasil. Dentre estes, relaciono: STOLCKE, Verena. **Cafeicultura - Homens, mulheres e capital** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1986; KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem – A origem do Trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987; EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Século XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; MATTOS, Hebe Maria de Castro. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987; NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920**. S. Paulo: Annablume, 1998; SILVA Flávio Marcus da. **Subsistência e poder – a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2008; SILVA, Cássia Queiroz. **Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso: Sant’Anna do Paranahyba (séc. XIX)**. Curitiba: Editora CRV, 2020 (no Prelo), entre outros.

<sup>25</sup> É importante destacar também as contribuições de PALACIOS, Guillermo na discussão dos pobres e livres desde a Colônia ao Império com ênfase para os movimentos organizados por esses sujeitos no Segundo Reinado, como a “Revolta dos Marimbondos” ou “Ronco da Abe-lha”. Uma discussão de sua contribuição para a análise dos pobres e livres pode ser encontrada em: Almanack braziliense. **Revista Eletrônica**. ieb.usp, n.03, maio de 2006, especialmente na Seção Forum intitulada “Revoltas camponesas no Brasil Escravista”, p.4.-55. Disponível em: [http://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/198/2016/07/almanack\\_03\\_1322177388.pdf](http://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/198/2016/07/almanack_03_1322177388.pdf). Acesso: 16 jul. 2020.

<sup>26</sup> As obras de GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos- uma historia do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015 e GOMES, Flávio dos S.; REIS, João José. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, são referências para a discussão do campesinato negro e como se entrelaça com a história dos quilombos no Brasil.

lombos, ou mesmo da terra de pretos, entre outras denominações para nos referirmos a esses agentes sociais de direitos historicamente usurpados.

Na contramão dessa história, o agronegócio, em sua raiz fundamentada na exploração da terra e dos homens e mulheres que nela trabalham, a fim de favorecer aos interesses do capital e do mercado globalizado, diz pouco da vida dos povos da terra e muito dos dividendos e da importância da mercadoria para aqueles que detêm o poder político e econômico nas mãos, no mercado industrial e financeiro. Nesse universo de ocupação de grandes extensões de terra e expropriação dos povos da terra, os interesses entre o público e o privado se misturaram<sup>27</sup> ao longo da história, e a tragédia da questão agrária no presente deriva do modo como esta indistinção cristalizou formas de violência apresentadas como naturais.

Na atualidade, interesses privados amalgamados ao público se encontram com as representações da bancada ruralista em Brasília, na Câmara dos deputados e no Senado, comungando ações, muitas vezes nas mesmas representações, junto aos lemas e projetos do governo de Jair Bolsonaro. Na perspectiva de uma história a contrapelo, uma história vista de baixo para cima<sup>28</sup>, discutir o MST e os sem-terra neste tempo e a partir de uma experiência de estudos pelos campos do Pontal do Paranapanema implica apreender a importância dos povos da terra, em seu modo de vida e na produção de alimentos desde a América portuguesa, hoje evidenciada na agricultura familiar camponesa.

Esta constatação nos leva a percepção de que “se o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”, como apregoam, cotidianamente, as propagandas televisivas que entram em nossos lares, no seu reverso é possível dizer que não é o agronegócio, no presente, e nem foram os engenhos e fazendas, do passado, que produziram os alimentos que chegam as nossas mesas. Entender esta dimensão é um exercício necessário para a aprendizagem dos saberes do campesinato e, neles, dos sem-terra e assentados do MST, dentre outros movimentos de luta.

---

<sup>27</sup> Uma discussão importante sobre esta questão, pode ser encontrada em: NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando ; SOUZA, Laura de M. e. (orgs). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, V. I, 1997.

<sup>28</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## Ser militante, ser dirigente e ser assentado: ambiguidades dos sujeitos do MST no Pontal do Paranapanema -SP<sup>29</sup>

Todo colono, sitiante, posseiro, etc., de carne e osso é ao mesmo tempo, construtor da história e construído por ela e, portanto, um ser em contínua transformação. Se a história é produtora de ambiguidades, cada pessoa é igualmente ambígua, na medida em que a história individual encerra a história geral da sociedade<sup>30</sup>.

Avanços e recuos no universo da luta pela terra e para nela permanecer fazem parte da vida e do trabalho dos camponeses ao longo do tempo. Se os homens e mulheres sem-terra representam uma organização a buscar confluir interesses em prol do coletivo, por vezes não se limitando ao indivíduo, as conduções e interpretações da luta nem sempre foram às mesmas para o MST, diferenciando-se conforme o lugar ocupado pelos agentes envolvidos. Há uma distinção entre o ser sem-terra e o assentado que também não deixa de se considerar sem-terra enquanto uma categoria identitária, já que identidade construída no processo de lutas e mantida na condição de assentado. Daí a importância da busca desta vivacidade da organização e composição do MST, tendo como referência, para este item, algumas memórias de ações do MST no Pontal do Paranapanema, especialmente dos assentados no São Bento e Che Guevara e de alguns militantes, nos anos 1990 e início do século XXI, espelhando-se nas condições objetivas e subjetivas desse universo.

D'Incao e Roy<sup>31</sup>, ao realizarem um estudo de caso em um assentamento no estado de São Paulo<sup>32</sup> nos anos 1990, utilizando-se da pesquisa participante, apresentam considerações relevantes para a discussão da participação dos assentados e assentadas na tessitura de suas histórias, bem

---

<sup>29</sup> Observo que parte significativa deste item, com pequenas alterações, resulta da tese (BORGES, 2004), já citada neste texto.

<sup>30</sup> WOORTMANN, Klaus. "Com Parente Não se Negueia". O Camponato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico**, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990, p.16.

<sup>31</sup> D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>32</sup> Os autores não especificam, em nenhum momento, o assentamento que está sendo pesquisado, limitando-se a localizá-lo no âmbito do estado de São Paulo. Entretanto, numa reflexão do texto de D'INCAO, Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: **Lua Nova**, n.23, março de 1991, é possível pressupor, a partir das informações nele constantes, que o texto se refere ao assentamento de Porto Feliz, localizado a 110 Km de São Paulo.

como para o entendimento das práticas e representações<sup>33</sup> de lideranças no interior do MST nesse Estado. Partindo de uma análise interna de um assentamento, os pesquisadores apontam para o discurso autoritário presente no que consideraram como agentes mediadores, como os representantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), técnicos do Estado e lideranças do MST, por, em suas ações, práticas e discursos, visarem sobrepor-se aos desejos da maioria dos assentados na tentativa de implantação do modelo coletivo de produção, priorizando-se a dimensão política em prejuízo de outros saberes e valores dos assentados.

Ao propor o projeto de coletivização como forma exclusiva de produção, o discurso antiautoritário presente nas lideranças do MST, para D’Incao e Roy, apresentou-se como contrário à libertação, ao impor um “modo superior de produção” em detrimento das posições dos indivíduos ou das “individualidades” no interior do assentamento. Tal papel, segundo os autores, em determinados momentos, coube às lideranças, ao tomarem para si a propriedade de sobrepor-se ao(s) outro(s) na condução da organização, ignorando os saberes e as práticas das “pessoas comuns”, em benefício de um discurso fundamentado na apropriação de um conhecimento impositivo que caberia apenas a alguns privilegiados:

O resultado desse jogo de ações e reações é que, sob aparência de gestão pela base, pelos próprios produtores, se desenvolveram entre todos relações que lembram aquelas que cada um viveu anteriormente, de patrões e empregados, não reguladas por uma lei comum, mas pela ‘lei do patrão’, que funciona ao arbitrário. E onde os empregados, sabendo-se sem direito a ter direitos, reagem segundo um cenário conhecido. Buscando os favores do patrão em prejuízo dos outros ou simulando aceitação da ordem estabelecida e fazendo o que bem entendem, conforme a lógica dos comportamentos escondidos ou sorrateiros<sup>34</sup>.

As considerações de D’Incao e Roy são sugestivas para a discussão das relações sociais e de trabalho impostas pelas lideranças no local por eles analisado, as quais, conforme os dados da pesquisa, reproduziam a de-

<sup>33</sup> Para a discussão das práticas e representações do MST no Pontal do Paranapanema parto da compreensão de que: “as práticas e representações se encontram inter-relacionadas, por dimensionarem espaços objetivos e subjetivos, em que os homens e mulheres atuam e sentem. Assim, além de presentes em lugares como no acampamento e no assentamento, elas se tornam também expressão do que se vive e do que se sonha para a sociedade mais ampla”. Op. Cit, 2004, p.33.

<sup>34</sup> Op. Cit, 1995, p.213.

pendência vivenciada por grande parte dos camponeses no tempo anterior ao assentamento, resultando em resistências derivadas nos “comportamentos escondidos ou sorrateiros”. Assim, como assinalam os autores, o que se propunha diferente, tornou-se igual, arbitrário, como negação de práticas de autonomia, tão caras aos princípios do MST.

Tecendo críticas similares a esses autores, quanto à atuação das lideranças do MST na região do Pontal do Paranapanema, Souza afirma que o MST, “se articula pela formulação de uma carência coletiva”, ou seja: “Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. Todos se tornam iguais face à carência. E face a um mesmo ideal, a uma utopia, que, no caso do MST, retoma os pressupostos da utopia revolucionária socialmente, em sua vertente radical, pouco aberta à liberdade individual, e muito centrada na ordem do coletivo, definido de cima para baixo”<sup>35</sup>.

Transplantando um trecho literal do texto de Durham, sem as devidas aspas, em que essa autora discorre sobre os movimentos sociais de diferentes tipos, Souza generaliza a abordagem no sentido de imprimir ao MST a sua articulação “pela formulação de uma carência coletiva”, hierárquica e “definido de cima para baixo”. Nesse sentido, cabe citar o trecho original a fim de redimensionar o seu significado:

Vimos que os movimentos se articulam pela formulação de uma *carência coletiva*. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como um lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. A igualdade, constitui-se, desta forma, como representação plena, concretizada na comunidade. [...] Essa vivência da comunidade, isto é, da *coletividade* de iguais criada pela ação conjunta de *todos*, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado.<sup>36</sup> (grifos da autora)

---

<sup>35</sup> SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva**: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

Na análise das entrevistas coletadas no trabalho de campo para a tese de doutorado, realizado de 2001 a 2003, destaco a forma como os assentados se referiam ao surgimento das lideranças e da militância nos acampamentos e nas relações vividas junto à “experiência da comunidade”. O relato de Seu Nilo, assentado no Che Guevara, ao apontar para o que entendia como o Movimento, bem como explicitar o que significava ser dele sujeito e orgulhar-se de expor publicamente este sentimento possibilitou outras leituras diversas das de D’Incao e Roy e de Souza:

[...] pra nascer uma liderança dentro do Movimento Sem Terra eu acho que aquela pessoa tem que ter amor por aquela luta, e aquela boa vontade dele de dizer: ‘não, eu vou partir pra luta pra surgir a base do Movimento Sem Terra.’ Porque nós todos, nós todos assentados, acampados e tudo tem esse direito de ter aquele orgulho de dizer: “nós somos do Movimento Sem Terra.” Porque tem muitos ainda que as vezes tem medo, porque as vezes tá num lugar ...: ‘Você é do Sem Terra?’ ‘Não, eu não sou não, eu passo lá só pra mim ver’. Mas não engana, se envergonha disso, tem gente que ainda tem vergonha. Eu não. Desde quando eu entrei, a pessoa sabe que eu sou do Sem Terra, toda a vizinhança, todo conhecimento que eu tenho sabe que eu sou do Sem Terra, e ninguém me procura nada, porque sabe que se me procurar eu sei responder. Então é uma coisa que a gente pensa em ser do lado de ..., andar sempre no Movimento Sem Terra, é o que eu reconheço em mim mesmo. Eu não me envergonho de chegar em qualquer lugar, em qualquer canto, em banco, fórum, em qualquer coisa nós somos do Movimento Sem Terra. Eu me orgulho de dizer que não tenho vergonha daquilo que nós temos fazendo, porque é uma luta nossa, uma satisfação nossa.<sup>37</sup>

Seu José de Paula, do mesmo assentamento, ao ser indagado sobre o que representava o MST, com a voz embargada pela emoção apresentou o seu relato, que, semelhante ao de Seu Nilo, foi carregado de orgulho, por entender-se como parte integrante desse Movimento, que procurou transpor na afirmativa da necessidade de uma prática contínua, que fosse sua e de sua família, como forma de contribuição às ações do MST:

[...] é uma coisa assim que eu acho muito bonito. Além de bonito, eu acho uma alternativa pra mim e pros outros que tavam aqui na

---

<sup>36</sup> DURHAN, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n.10, outubro de 1984, p. 28.

<sup>37</sup> ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

época. É tanto que quando eu tenho um tempo e tem acampamento por perto, a gente tá lá sempre conversando com um companheiro, tá sempre passando pra eles o quanto é importante se organizar, não fazer bagunça, não brigar dentro do acampamento. Então a gente sempre quando pode faz esse trabalho aí até hoje. E faço com disposição mesmo<sup>38</sup>.

Faz-se necessário não generalizar os exemplos relacionados por D’Incao; Roy e Souza para o MST em sua totalidade, e no caso para os campos do Pontal do Paranapanema, indagando sobre os limites dessas interpretações. Frente às observações de Souza, é preciso apreender as contradições de que o campo está prenhe, como diria Grzybowski<sup>39</sup>, já que diferentes práticas e representações apontam para homens e mulheres a construir a sua história, de forma ambígua, contraditória, mas carregada de vida e de identidades tecidas junto ao MST.

Martins, discorrendo sobre a posição da Igreja Católica e o seu papel de agente mediadora, estabelecido entre os movimentos sociais, desde os anos 1970, a partir de suas pastorais sociais, como a indígena, a da terra e a do trabalho, e ao focar também as práticas do MST, observou que certo “aparelhismo tomou conta dessa mediação impolítica que cumpria uma função, sem dúvida, política. O resultado foi a busca da laicização da ação dos grupos de Igreja e até mesmo a sua institucionalização como grupos seculares, como foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convertidos em grupos semipartidários”<sup>40</sup>.

Na entrevista com Zelitro, à época membro da coordenação do MST no Pontal, indaguei acerca das considerações apresentadas por Martins para o debate dos rumos tomados pelo Movimento, principalmente quanto ao que Martins considerou como a sua “institucionalização”. Falando da simbologia do MST, esse entrevistado assinalou que talvez Martins tivesse razão no sentido de apontar para o Movimento como uma organização institucionalizada, se vista exclusivamente a questão do assentamento e das cooperativas, mas quanto à ocupação e demais práticas dos sem-terra, a crítica não se sustentaria, já que:

---

<sup>38</sup> ENTREVISTA. José de Paula e Maria. XV de Novembro, setor I, 02/02/2002.

<sup>39</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

<sup>40</sup> MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000, p.77.

Com uma ação, você faz uma trajetória histórica, rompe a cerca e ocupa o latifúndio. Então isso é de uma simbologia muito forte. E isso é desobediência civil. Rompe a cerca. Então quando ocorre o assentamento - por isso que eu digo que ele pode ter razão-, há uma tendência de retorno da propriedade privada, da institucionalidade que o assentamento quer discutir (inaudível), do Estado interferir com sua gerência, com seu modo de atuar, dos próprios créditos, de ir pro banco. Enfim, a própria cooperativa que tem sua própria legislação que enquadra, formata. Agora a ocupação [...] E o Movimento sai das ocupações e vai para as caminhadas, as marchas, os atos públicos. Desenvolve atividades culturais, realiza eventos diversos, ocupa este espaço público, agrega elementos de caráter político de dizer “fora FHC, fora FMI”, de ocupar um prédio público. Que simbologia não é você protestar na frente dum Banco Central, dum Bolsa de Valor. Então é a desobediência civil. Então ao meu ver é uma grande contribuição que o Movimento [...], pro pensamento de esquerda no Brasil, com sua simbologia, com seu gesto. No dia que as outras categorias resolver fazer o mesmo, no dia em que os operários ocuparem a fábrica, por exemplo (risos), enfim, os estudantes ligados a UNE, por exemplo resolver ocupar as universidades, mas não pra discutir preço do pagamento de mensalidade, mas pra discutir que Brasil que nós queremos, e que universidade pública queremos. E, quem que é nós? (inaudível). Então, de maneira que o José de Souza Martins tenha razão em alguns aspectos, mas ele generaliza quando enfoca isso desconsiderando os outros fatores, que são, com certeza, no MST mais forte do que essa questão da institucionalidade<sup>41</sup>.

De forma semelhante a Martins, Navarro pontuou que, ao contrário do que muitos imaginam, o MST não seria mais um movimento social, deixou de sê-lo para tornar-se uma “organização formal de representação de interesses [...] mergulhado na institucionalidade vigente”<sup>42</sup>. Frente a essa afirmativa, coube o questionamento: se o Movimento estivesse mergulhado na “institucionalidade vigente”, e se essa, historicamente, remete à preservação da ordem, como explicar a sua inversão quando da ocupação de terras, de prédios públicos, agências bancárias, das marchas, etc? Sabe-se que, ao ocupar a terra, os sem-terra ferem princípios básicos e norteadores da política, mentalidade e estrutura social e fundiária desde tempos remo-

<sup>41</sup> ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

<sup>42</sup> NAVARRO, Zander. **MST: decifrar é preciso**. UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, maio de 2000, p.03. (mimeografado)



tos: a defesa da propriedade privada e do latifúndio, enraizados na história da questão agrária brasileira. É preciso repensar a interpretação de ambos os autores e, particularmente de Navarro<sup>43</sup>, por esse autor não se dispor a analisar a composição social do MST e nem ao menos dimensionar o seu interior, detendo-se na organização ou no que entende como lideranças, ainda que tenha exposto que a sua preocupação estava em pensar a organização e não os sem-terra. Mas, indago novamente: a organização não poderia ser composta desses sujeitos? Ou prevalece a leitura de que somente os ilustrados podem pensar e constituir-se como Movimento, na medida em que os camponeses são incapazes de fazê-lo?

Diante das considerações de Navarro, questiono se não seria a organização constituída, além da assessoria, de sem-terra que emergiram das lutas dos acampamentos e assentamentos? De onde se origina a militância e a direção? De onde brota a força que faz com que o Movimento se edifique e consiga sobreviver, por décadas, mesmo face às fortes cargas de desqualificação presentes nos anos 90 e no século XXI, oriundas desde o espaço das ações governamentais ao campo científico, a exemplo do próprio Navarro e de um dos maiores estudiosos da questão agrária, José de Souza Martins? O MST se limita a ser o corpo da organização? O que faz com que este Movimento permaneça por 40 anos em luta?

---

<sup>43</sup> Passados 14 anos do texto que utilizei na tese, este autor em: NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da.; NAVARRO, Zander (Editores Técnicos). *O mundo rural no Brasil do século XXI*. Embrapa, Brasília, DF, 2014, p.722, reafirma a sua leitura pejorativa em torno do MST e categoricamente diz não ter mais razão de ser a questão agrária no Brasil e, nela a reforma agrária, no que concordo somente no sentido de sua afirmativa de que ela inexistiu no Brasil, ocorrendo “apenas processos de redistribuição de terras adquiridas pelo Estado”. Mas, há de complementar que se não fossem as intensas lutas dos movimentos sociais do campo, especialmente do MST nas décadas de 1990 e no início do século XXI, as terras não teriam sido adquiridas pelo Estado e constituídos os assentamentos. Conforme Navarro: “Em síntese, a questão social brasileira, nos últimos 30 anos, deixou o campo e foi para as cidades. E a questão agrária tradicional começa a entrar nos livros de história como uma página do passado, retirando a reforma agrária, para sempre, da agenda política do Brasil” (p.714). A afirmativa é leviana se pensarmos a histórica concentração de terras nas mãos de poucos e a herança do latifúndio a demarcar o lugar ocupado pelos povos da terra ainda no tempo presente. Os diversos movimentos sociais dos campos e cidades (a exemplo do Movimento dos Sem Teto) e as suas constantes lutas, nos séculos XX e XXI, evidenciam a incompletude da questão agrária e da reforma agrária no Brasil e a distância, anos luz, de uma sociedade justa. Bem por isto que a luta pela Reforma Agrária, ainda no presente, encontra chão para se enraizar e fazer brotar a vida.

No trabalho de campo não foram poucas vezes em que a organização do MST confundia-se com os sujeitos, como se depreende dos relatos de Seu Nilo e Seu José de Paula, por muitos entenderem e se sentirem parte constitutiva desse Movimento. Diante disso, quando estou tratando da organização, continuo a entendê-la, no tempo presente, em sua composição fundamentada nos camponeses e em sua diversidade. São as pessoas comuns a compor a militância e a direção do Movimento. Entrementes, somam-se a essas pessoas os “intelectuais sérios”, como observou Ademar Bogo, ao discorrer as lições da luta pela terra: “Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social tem sua própria casta ou tende a formá-la. É esta consciência que levou o MST a buscar sua autonomia através da formação intensiva de quadros, integrando em suas fileiras intelectuais sérios, que passaram de assessores a dirigentes políticos”<sup>44</sup>.

Não é possível negar, com isso, a existência de o “eles” e de o “nós” enquanto elementos diferenciadores, particularmente no tempo do assentamento e na forma como, por vezes, se conduz a luta. Mas permanece a indagação de que: se tão autoritário e reprodutor das práticas de dominação no campo brasileiro, como salientaram alguns autores, de que modo podemos compreender a forte adesão de milhares de homens e mulheres que se identificam como Movimento Sem Terra até o tempo presente, mesmo estando assentados? Veem ainda na representação do MST a esperança, mesmo diferindo, em determinados momentos, dos princípios de organização, particularmente na referência de como produzir na terra?

Para essa discussão, fez-se necessário indagar o que representava o MST para os sujeitos, refletindo o que fez e faz com que homens, mulheres, velhos, jovens, crianças de vários recantos do país marchassem léguas e léguas, sob sol e chuva, num constante “movimento”. O Movimento é a “massa”? A “massa” é caudatária do MST ou tem a sua própria autonomia? A organização interna é construída no cotidiano das práticas e representações camponesas nos acampamentos e assentamentos ou é antecedida pela denominada “vanguarda” do MST, materializada na direção e na militância? Seria o termo “massa” coerente para imprimir os desejos dos sujeitos em “movimento”? Essas questões emergiram na tese não somente da crítica às interpretações de Navarro e de Martins, dentre outros autores, mas também de uma reflexão da compreensão estabelecida em parte das fontes produzidas pelo MST, ao designarem o

---

<sup>44</sup> BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999, p.33.

significado da “massa”, assemelhando-se, de modo contraditório, às inferências tecidas por esses autores.

As irmãs Ivanice e Ivanizia, assentadas no São Bento, ao serem questionadas sobre o que significava o Movimento Sem Terra, e se seriam parte desse Movimento, categoricamente afirmaram:

Ivanice: Hã, hã. Hã, hã. Eu sou. Eu me vejo como Movimento Sem Terra.

Ivanizia: Com certeza, né? Porque [...]

Ivanice: Porque quando eles faz alguma coisa contra um dos nossos, eu falo: olha tão perseguindo a gente. Então nós somos parte deles, mesmo que a gente tá aqui, a gente num faz parte mais da luta ativa, mas a gente faz parte. Porque nós tamos no assentamento. E eu falo [...] E eu me vejo como Movimento Sem Terra sim. É que nem por exemplo, quando eles [...] Se eles vier aqui chamar a gente: ‘oh, nós tá precisando de muita gente pra uma ocupação’. A gente vai. Vai sim.<sup>45</sup>

A crítica realizada por Martins quando da discussão das ações das lideranças do Movimento Sem Terra, entendidas como a “classe média ilustrada”<sup>46</sup>, novamente incorre no risco de eliminar as pessoas comuns da reflexão, como se fosse possível diluir as suas práticas do processo de lutas, em vista de não fazerem parte da organização do Movimento. Tendo como base os relatos, observo que, no caso da região do Pontal, especialmente dos assentamentos estudados na tese, aqueles a representar e compor a organização do MST emergiram das ocupações, dos acampamentos e assentamentos, em situações muito diferentes das arroladas por Martins, qual seja, a de “classe média e intelectualidade iluminista”<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> ENTREVISTA. Ivanice e Ivanizia. São Bento, setor IV, 02/07/2002.

<sup>46</sup> Conforme Martins: “O vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta. Esse distanciamento tem sido próprio das lutas camponesas em muitos países, consequência das peculiaridades históricas dessa categoria social, como dizia Marx, mas também consequência da impotência própria da indefinida *classe* social que quer dirigir as outras classes, que é a classe média e nela a intelectualidade iluminista, que ele era e não disse”. (grifo do autor). Op. Cit, 2000, p.231.

<sup>47</sup> CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.90, discutindo o processo de formação dos sem-terra, assinala que: “[...] os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários, são também aqueles que se tornam dirigentes de empresas, que negociam em Bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias e que chegam até a regular os

E essa constatação talvez possa se estender para os campos do país, na medida em que, por exemplo, contrariando a lógica de suas matérias, principalmente as assinadas por Josias de Souza, observações de um artigo publicado na “Folha de S. Paulo”, no ano de 2000, sugeriam uma interpretação diferenciada da enunciada por Martins para a constituição do MST. Conforme essa matéria: “A maioria dos ‘rapazes’ do MST, que desafiou o governo várias vezes este ano, não chegou aos 40 anos, não terminou o primeiro grau e tem ‘salário’ que varia de R\$180 a R\$ 400 mensais”<sup>48</sup>. Observo que os dados econômicos demonstrados nessa reportagem possivelmente não correspondessem, de forma extensiva, ao explicativo da questão em sua interioridade, porém, enunciaram condições sociais outras que as da “classe média e intelectualidade iluminista”, como destacou Martins.

Objetivei, na tese, entender “a consciência da luta e de quem quer dirigir a luta” por meio da análise dos camponeses “que fazem essa luta”, buscando apreender a(s) forma(s) como as práticas e representações se materializavam no cotidiano, entendido aqui como um espaço conflituoso<sup>49</sup>, constitutivo de valores que perpassavam a esfera do indivíduo e da família desembocando em processos imbuídos da coletividade, como no ato da ocupação da terra e da permanência nos acampamentos, muitas vezes, por tempo indefinido, o que não lhes suprimiu, quando no espaço do assentamento, o papel de indivíduos a definir as suas vontades, ou mesmo de retornar às condições de escassez e de miséria, das quais se tentara fugir quando do processo de luta pela terra, a exemplo do repasse da terra conquistada para outro no assentamento e o retorno a condição de boia-fria, como foi possível constatar em alguns poucos casos.

Percebo que, nos casos arrolados pelos assentados, quanto à perda do lote de um vizinho ou amigo, isso ocorreu muito mais pelas dificuldades para a permanência na terra, devido, dentre outras questões, as carências

---

mercados regionais através da produção agrícola que comandam”.

<sup>48</sup>SILVA, Eliane. Sem-terra tem tomada de decisão descentralizada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de out. 2000. A, Brasil, p.4.

<sup>49</sup> Caldart (Op. cit, p. 28) observa que o cotidiano do MST não se refere ao “[...] que se repete todos os dias, dos costumes mais estáveis, rotineiros”. É preciso salientar que o sentido atribuído por essa autora ao cotidiano do MST nos acampamentos não implica somente a permanência, mas também a dinamicidade. O mesmo sentido, atribuído por ela para se pensar as ações do MST, é possível ser apreendido nos assentamentos analisados, na medida em que se dá também nesse lugar a luta constante para a permanência na terra. Desse modo, o cotidiano do assentamento não quer dizer, necessariamente, o “estável”, o “rotineiro”, mas a incessante luta para da terra não terem que partir.

advindas do tempo do acampamento - em que o que se tinha fora perdido para a permanência na luta e principalmente pela política agrícola no meio rural que ou os excluiu literalmente de direitos ou incluiu-lhes precariamente, impossibilitando-lhes desenvolverem-se do modo como sonhavam - do que necessariamente pelo desejo do comércio ou da “venda da terra”. Prevaleceu, dessa forma, para os homens e mulheres assentados, a visão da “terra de trabalho” como negação da “terra de negócio”<sup>50</sup>.

Nessa reflexão, compreendo a existência de processos imbuídos de individualidades e de coletividades, expressos nas diversas formas de viver o cotidiano do trabalho na terra nos assentamentos do Pontal, assim como no espaço público de lutas. As relações de vizinhança e os laços de solidariedade a romper as cercas que cercam os quintais e, conseqüentemente, as que cercam os sentidos do indivíduo e do sonho do coletivo, como as constatadas no setor I do assentamento São Bento, eram práticas em que, em forma de mutirão ou “troca de dias de serviço”, os vizinhos ajudavam uns aos outros em seu trabalho na terra, especialmente para colheita do milho, da mandioca, entre outros alimentos, sinalizando para a importância do trabalho coletivo. Práticas forjadas pelas condições objetivas para a permanência na terra, mas também pelo desejo da liberdade, de ter o seu tempo de trabalho definido ainda pelo ritmo da solidariedade.

Jovchelovitch, ao discutir as representações sociais e a esfera pública, destaca a inter-relação dos processos objetivos e subjetivos na construção das representações enquanto teoria, mas alicerçados no que se vive pelas estruturas sociais e a própria história: “A relação entre o material e simbólico é um dos problemas centrais para o edifício conceitual da teoria. Processos objetivos são sempre a contrapartida de processos subjetivos”<sup>51</sup>. Vejo, dessa maneira, a necessidade de repensar as leituras sobre o MST, as quais limitam a interpretação desse movimento à sua “institucionalização” ou aos seus líderes conhecidos no cenário nacional. Compreendo que o MST não se faz simplesmente da organização, seja a reconhecida pela estrutura orgânica do Movimento ou a liderança de “mídia”, mas fundamen-

---

<sup>50</sup> Uma discussão importante da distinção entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócios” está em CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, em que a Igreja Católica, inspirada na Teologia da Libertação, enunciava naquele contexto a sua “opção pelos pobres”. Este documento foi assessorado pelo sociólogo, José de Souza Martins.

<sup>51</sup> JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.41.

talmente por homens, mulheres e crianças que representam e se apresentam como parte constitutiva desse movimento e organização social.

Nesse aspecto, compreendo ser preciso analisar as considerações de Bogo, ao focar as “virtudes extraordinárias” necessárias para se constituir como lutadores do povo: “Se virtudes são capacidades extraordinárias, as conquistas coletivas sempre são vitórias extraordinárias. É por isso que os lutadores trazem o coração carregado de virtudes, onde o povo em marcha procura encostar-se para buscar ali a energia que lhes falta. O povo sente vontade de abraçar seus líderes por causa das virtudes que estes possuem e porque sentem que estas pertencem também a eles”<sup>52</sup>.

A linguagem de Bogo carrega uma carga emotiva que dá vida e torna-se alimento para o MST, alicerçando sonhos, utopias, configurando a mística que aponta para a capacidade de humanização, quando nos sensibilizamos com as dores e a causa dos outros, todavia, por outro prisma enuncia também a fragilidade na designação do sentido de povo, já que no contato com os líderes é preciso “encostar-se para buscar ali a energia que lhes falta”. Por essa afirmativa têm-se a impressão de que enquanto receptáculos vazios, é necessário preenchê-los de energia pela força dos lutadores, abraçá-los para deles carregar-se de potencialidades. Parto da premissa de que é preciso interpretar as pessoas diferentemente da leitura do espaço da dominação e do vazio. Conhecimentos são construídos cotidianamente no ato da sobrevivência e da (re)existência. A sabedoria da pobreza, como diria o geógrafo Milton Santos, materializa-se na criatividade de homens e mulheres diante da miséria que a vida e o mundo do trabalho impõem, mas também frente à festa, à alegria. Não são os lutadores exclusivamente a fazer brotar essa energia. Podem sim, alimentá-la, desde que dela se alimentem<sup>53</sup>, como mostram as publicações do próprio Movimento ao reforçar essa importância, tal como, ambigualmente, as próprias palavras de Bogo: “Muitas vezes na fraqueza se manifestam virtudes que jamais imaginávamos existir, e elas têm o poder de alastramento que podem impulsionar

---

<sup>52</sup>Op. Cit, 2000, p.30.

<sup>53</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª. reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.43, de forma intensa, expressa a pedagogia da indignação, assinalando em suas cartas para o fato de que: “[...] coerente com a minha posição democrática estou convencido de que a discussão em torno do sonho ou do projeto da sociedade por que lutamos não é privilégio das elites dominantes nem tampouco das lideranças dos partidos progressistas. Pelo contrário, participar dos debates em torno do projeto diferente de mundo é um direito das classes populares que não podem ser puramente ‘guiadas’ ou empurradas até o sonho por suas lideranças”.

grandes mudanças em poucos momentos”.<sup>54</sup> Neste trecho Bogo redimensiona o sentido do que apresentara antes, por assinalar a vida e a força no que se via como vazio e fraqueza. Esse exemplo ilustra as ambiguidades das interpretações que a organização do MST tece sobre si e a sua composição.

Uma evidência das práticas de autonomia e de determinação das pessoas comuns está no processo de ocupação da terra. Para que ele ocorra é preciso um objetivo partilhado. Não são unicamente a direção e a militância que vão ocupá-la, não são elas, por si só, que conterão o desejo de abandonar o acampamento e, por consequência, o processo de lutas. São ainda as esperanças, os desejos, as vontades e as sensibilidades imersas na dimensão subjetiva, individual, mas também no desejo do coletivo, os quais, conjugados aos fatores objetivos, dão conotação e vida às práticas e representações do MST na luta pela terra e para nela permanecer e na busca de conquista de outros direitos.

Paulo Freire, refletindo sobre a “Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho”, fia uma interpretação importante para a compreensão da subjetividade na história ao assinalar o sujeito a construir valores também por meio de sua consciência, de seus desejos, do que sente e sonha, aliado ao que vive na concretude da vida: “Advirtamo-nos de que, anulando a importância da consciência ou da subjetividade na História, reduzida a consciência então a puro reflexo da materialidade, as concepções mecanicistas da História e da consciência se concretizam em funções inviabilizadoras da educação. Decretam a inexorabilidade do futuro que implica necessariamente a morte do sonho da utopia”<sup>55</sup>.

Em “Valores de uma prática militante”, Leonardo Boff, Frei Betto e Ademar Bogo<sup>56</sup> expõem as suas interpretações do que significa ser um militante. Nesse trabalho, Bogo, analisando “os valores que deve cultivar um lutador do povo”, fala da energia que brota do chão e contagia as pessoas, as quais vão se levantando, “se dando as mãos, entrelaçando os dedos, apertando-se, não querendo mais soltarem-se”. As pessoas rapidamente veem, conforme esse intelectual do MST:

[...] renascer a altivez, a credibilidade, a confiança, a esperança, a cumplicidade, a motivação, a ternura, a alegria e as canções brotam dos lábios como cachoeiras, como se estivessem ali guardadas para

---

<sup>54</sup> BOGO, Op. Cit, 2000, p.30.

<sup>55</sup> Op. Cit, 2000, p.122.

<sup>56</sup> BOFF, Leonardo; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. Valores de uma prática militante. In: **Consulta Popular**, Cartilha n.09, fev. 2000.

saírem em pedaços, neste momento de encontro das mãos e dos sentimentos. Nasce assim um, dois, milhares, milhões de lutadores do povo. Viverão enquanto a energia dos verdadeiros valores fervilhar em cada coração. Desaparecendo este fervor, o lutador transforma-se de água corrente em bloco de gelo, impossibilitando qualquer iniciativa de surgimento de vida<sup>57</sup>.

Diante dessas considerações permanece a indagação do que seriam esses “verdadeiros valores a fervilhar em cada coração”. Mas também a percepção de que os valores que emergiram no acampamento, nos saberes advindos do tempo da cidade de lona, somaram-se ao cotidiano do assentamento na materialização de sonhos quando da conquista da terra de trabalho. Sonhos construídos tanto pelos referenciais de luta do preceito revolucionário da organização, dos militantes e dirigentes, quanto pelos conhecimentos que os camponeses, de um modo geral, trazem consigo, em formas diversas: na tradição, na cultura, na busca do enraizamento, em ações que se encontram tanto no plano individual quanto coletivo da vida. Nesse ponto, observo as múltiplas dimensões do ser sem-terra: passado e presente inter-relacionados na composição do sujeito. O passado evidenciado no sonho de conquista da terra para o trabalho familiar, tomando por base o conhecimento de práticas coletivas no tempo do acampamento e em outros lugares de luta, alicerçadas ainda em outros tempos, como na negação da condição de boia-fria ou de arrendatário nas terras de outrem; e o presente conformando-se pelo trabalho familiar na terra, mas mostrando a necessidade de união, do coletivo, para a busca de soluções comuns aos assentamentos, como a melhoria das escolas; a conservação e implantação de postos de saúde; etc. As relações sociais e de trabalho estabelecidas pelos assentados do Assentamento São Bento, setor I, como enunciado, para o cuidado com as roças mediante a troca de dias de serviço foi outra forma de cooperação que também exemplifica essa questão das práticas coletivas.

O relato de Venzel, militante do MST, é ilustrativo para a discussão da percepção dos assentados como sujeitos de direitos, no assentamento São Bento, ao narrar a ocupação da Empresa de Energia Elétrica, em Pirapozinho-SP, numa ação derivada de suas experiências de luta anteriores ao assentamento, não contando com a participação da militância e da direção para essa prática:

---

<sup>57</sup> Idem, 2000, p.50.



O cara, quando ele passa por um acampamento, por mais que se volte pra dentro do lote dele, quando ele vai pra uma luta, ele já conhece todo o esquema organizativo. Exemplo disso a São Bento. Esses tempos nós fizemos um teste. Tinha um problema de energia elétrica na São Bento. Isso depois de mais de 05 anos de assentamento. Enfiado dentro do lote, o povo meio que sem fazer luta. Aí teve um problema de energia elétrica. O povo luta pelo imediato, né? Aí a companheirada da São Bento foi e ocupou, pressionou, acho que parece que ocupou a Eletro, em Pirapózinho. Mas olhe!! A militância que tava lá nem se mexeu, ficou só assistindo. O povo criou o grupo de segurança da porta. O povo criou o responsável pela saúde, o povo montou a estrutura orgânica da ocupação!! Depois de 5 anos sem fazer luta. Eu fiquei impressionado, eu fiquei aí sentado olhando. Tiraram os representantes que iam conversar com os diretores da Eletro. Depois de 5 anos enfiados no assentamento sem quase fazer luta, foram lá e resgataram toda a história que eles tinham feito dentro do acampamento; todo o processo de luta que quando vai pra ocupação do Incra, quando vai pra ocupação de algum órgão público, e foram [...] Ninguém deu nenhum pitaco da militância do Movimento (risos)<sup>58</sup>.

Nessa fala, é forte a entonação de que no assentamento São Bento havia cinco anos que os assentados não faziam luta. O exemplo arrolado pelo entrevistado demonstrou a capacidade organizativa da comunidade face uma carência coletiva. Destaca-se nessa narração a ênfase à luta, à sua realização dando-se na forma de ocupação da empresa de energia pelo coletivo. Entretanto, faz-se presente nos relatos dos assentados a dimensão da luta que se efetiva também no cotidiano da terra, numa ação contínua para nela permanecerem. Percebo na entrevista a necessidade de compreensão de que as lutas não se limitam, exclusivamente, ao espaço em que se acirram, diretamente, as contradições econômicas, como, no caso, pela carência da energia elétrica. Historicamente, os camponeses vêm dia a dia lutando, como sabiamente assinalou Martins, em seus velhos e bons tempos: “Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados tem caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História”<sup>59</sup>. Num tempo do cotidiano na terra em que, por vezes, as ações coletivas, organizadas pelo MST, conse-

---

<sup>58</sup>ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

guem interromper a rotina, por ser necessária a presença dos camponeses em diversas práticas, como na ocupação de bancos, do INCRA, do ITESP, nas marchas, etc., entretanto, sem que, em determinados momentos deixe de existir resistência dos assentados a essas atividades, já que o ritmo de trabalho na terra lhes impossibilita a participação constante.

Chaves<sup>60</sup>, ao estudar a antropologia da Marcha de 1997, enfatiza a polêmica que se seguiu entre marchantes e organização quando da chegada a Brasília, ou seja, se montariam o acampamento nacional no Distrito Federal, permanecendo por 15 dias, como pressão sobre o governo federal, ou se os acampados e assentados retornariam para os seus estados de origem, para lavrar a terra, cuidar do plantio, pois tempo propício para o cultivo. Prevaleceu nas assembleias realizadas por estados a posição da direção e militância de que permaneceriam pelo tempo necessário à luta. É preciso, assim, refletir sobre as múltiplas dimensões que o sujeito carrega no processo de lutas. Ser “sem-terra” na luta deriva da vivência e consciência dos fatores objetivos advindos da miséria (opressão, exclusão social, etc.), explicitados tanto nas condições objetivas de carência material e busca de inversão dessa situação por meio do enfrentamento, quanto ainda nos fatores subjetivos (os desejos, as esperanças, o cuidado, os sonhos, as utopias) que os conduzem por caminhos que, por vezes, se cruzam e ou se complementam junto ao Movimento, mas podem ainda confrontar-se, caso não se perceba a sua profundidade, especialmente entre a direção e a base.

Na entrevista com Bernardo M. Fernandes, ao ser indagado como interpreta as questões objetivas e subjetivas a conduzir os camponeses para as práticas do Movimento Sem Terra, esse professor enfatizou ambas as dimensões, salientando as suas diferenças, e observando que é possível a existência de somente uma delas para a inserção na luta:

[...] são diferentes subjetividades e diferentes objetividades que vão fazer [...] Mas, essas são duas condições que fazem com que essa pessoa participe no trabalho de base. [...] Tem gente que tem a condição subjetiva e não tem a objetiva. Por exemplo, um cara que está bem de vida! Conheço vários. Mas foi militar no Movimento, porque acredita no Movimento. Essa é uma condição subjetiva. Então

---

<sup>59</sup> MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989, p.12.

<sup>60</sup> CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra** – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000. (Coleção Antropologia da política, n.9)

o cara [...] o pai dele é produtor, tem terra, ele vai comprar terra amanhã, ele está capitalizado. Ou então, ele tem uma profissão. Ele é professor, por exemplo. Conheço vários que eram [...] Largaram. E foram ser militantes do Movimento. Aí a subjetividade, a identidade, foi isso que contou muito mais. Contou muito mais do que as condições objetivas de ter que sobreviver nessa luta? Como a maior parte dos assentados vive isso<sup>61</sup>.

Bernardo Mançano tem razão, em partes, no que diz respeito àqueles que ingressam na luta dos sem-terra pela identidade de valores, tecida, junto ao MST. No que diz respeito aos camponeses sem-terra insisto no princípio de que existe um entrelaçamento de fatores objetivos e subjetivos a conduzi-los para a participação na luta no tempo do acampamento e para a permanência na terra quando de sua conquista. No caso dos fatores subjetivos, a exemplo do que expõe Fernandes, ou seja, compreendidos como condutores da inserção no Movimento, não é possível esquecer ainda dos fatores objetivos que, caso não sejam vividos diretamente pelo sujeito, podem ser apreendidos na percepção da carência de outros homens e mulheres quanto às condições mínimas ou vitais para a sobrevivência. Daí a dimensão da humanidade, da generosidade e da partilha serem elementos diferenciadores das práticas desse Movimento e das pessoas que tecem a sua identidade a partir dele e nele adentram. Esta é uma dimensão difícil de ser apreendida pela lógica do capital e pelo discurso individualizante.

A percepção do que fere homens, mulheres e crianças, por parte daqueles que se inserem na luta, sem necessariamente viver na pele a condição da carência material, remete também ao sentir a indignação ante o que agride ao outro, o que compreendo como percepções subjetiva e objetiva do sentido da coletividade, revalorizando a dimensão humana. Seria então essa compreensão, pensando as representações sociais, a objetivação da luta ancorada no desejo de inversão da realidade, para além de si, que se apresenta também para além de suas dores e de sua condição de vida, a despertar-lhe para o que se vive no coletivo e para muito longe do indivíduo, exclusivamente. Percepção conjugada ao sentimento de pertencimento ao coletivo e ao seu papel de inconformismo e/ou desnaturalização da violência também como indivíduo.

Dessa maneira, objetividades e subjetividades se encontram para dar contorno ao sujeito em movimento e na luta por princípios e valores

---

<sup>61</sup>ENTREVISTA. Bernardo M. Fernandes. Presidente Prudente, Campus da UNESP, 21/03/2002.

próprios, assim como pelas práticas coletivas. Partir dessa premissa é compreender que são os homens e mulheres sem-terra, posteriormente assentados, que tecem a sua história em conjunto com a organização, possibilitando uma compreensão que ultrapasse a conceituação de “massa”, por entender que o MST se movimenta pela composição de sujeitos que inter-relacionam valores e práticas que se conjugam na luta pelas condições materiais duramente negadas para muitos, mas também pelas “finas e espirituais” de que nos falava Walter Benjamin<sup>62</sup>.

Na apreensão dos relatos dos assentados, pode-se entender que a solidariedade, os laços de vizinhança, o compadrio e a ajuda mútua, não se romperam com o estabelecimento das cercas. Pode-se dizer que as cercas cercam mais a possibilidade de análise de alguns teóricos da questão agrária, como os relacionados, e do MST, quanto à interpretação que estabelecem das práticas daqueles que optam pelo trabalho individual, do que necessariamente o sujeito que a colocou, o que lhes confere potencialidade para as práticas coletivas do MST. Isso, a exemplo do que pude apreender nas diversas falas pelos campos do Pontal.

É importante observar que a organização do MST se deu – conforme os relatos - bem mais no processo de ocupação de terras, dos acampamentos, das marchas, afora outras práticas vividas no cotidiano da luta, do que necessariamente nos cursos de formação destinados para esse fim. Práticas e representações vividas no dia a dia dos barracos de lona para possibilitar a permanência das famílias acampadas, ou mesmo nas ações extraordinárias - como no momento das ocupações e despejos, “queimas de tratores”, “matança de bois”, etc. - foram, conforme a inspiração em E. P. Thompson<sup>63</sup>, “fazendo-se”, constituindo os camponeses em “classe para si” no próprio “fazer-se” da luta e nas experiências por eles vivenciadas. Alguns traziam consigo práticas advindas de instituições e organizações, como as Igrejas Católica e Luterana, a primeira com as suas pastorais; as CEBs; bem como sindicatos e partidos políticos, fortalecidas no percurso das lutas, como se depreende da fala de Ivan, assentado na São Bento:

Eu sou filho de agricultor, minha família era do sudoeste do Paraná e, depois num contexto, eles tiveram que vender e foram morar em Ponta Grossa, mas, mesmo assim, meu avô permaneceu na terra, então, tinha momentos que eu morava na cidade. Então eu tava

---

<sup>62</sup> Op. Cit.

<sup>63</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História)

estudando e vim pra cá por um tempo. Depois disso, quer dizer, foi correndo a vida, indo atrás de emprego, de trabalho, de sobreviver e também com isso você, a gente foi começando a ter uma militância de igreja, numa Pastoral da Juventude em Ponta Grossa e, com isso, a gente começou, a vida começou a mostrar que tinha dois lados, o lado do pobre e o lado do rico, tinha o lado dos que tavam bem e dos que não tavam. Bom, aí a gente foi através dessas coisas, foi criando uma forma de consciência, e a partir disso a gente começou uma vida de militância. Primeiro, na Pastoral da Juventude, dentro da Pastoral da Juventude. Tinha uma linha à esquerda [...] tanto que a gente teve de se calar durante um ano na Pastoral da Juventude de Ponta Grossa. E depois da Pastoral da Juventude, a gente começou a militância nos sindicatos e, também por consequência num partido político, porque a gente achava que naquele momento que, era via partido que você conseguia mudar, que você conseguia construir uma sociedade diferente<sup>64</sup>.

O relato de Mineirinho apresenta-se fundamental para essa compreensão, particularmente ao narrar a dimensão do acampamento como lugar de produção da consciência política, por oferecer condições para que os acampados se sentissem responsáveis pelo gerir da vida nesse espaço, principalmente ao atuarem nos grupos e diversos setores da organização:

[...] além do acampamento as pessoas chegam e vai lá pros setores, e alguns vai pro setor do trabalho, outros vai pra coordenação dos barracos, outros vai pra saúde, a educação, outros vai mexer com as finanças do acampamento, a secretaria do movimento. Então, todo mundo tá num setor. Então nesse setor é uma escola, e a pessoa ali vai se destacando. Então ali vai surgindo, vai surgindo a disponibilidade de cada um que é o processo de militância, né? Ninguém faz um curso pra ser militante. Tem curso de aperfeiçoamento de formação, de formação política. Mas tem gente que participa de um monte de curso de formação, mas nunca chega a desenvolver a militância<sup>65</sup>.

Semelhante ao relato de Mineirinho observou Cledson que foi a partir dos trabalhos desenvolvidos nos diversos setores do Movimento que foi nascendo o militante no MST, sendo ele responsável para alimentar a mística cotidianamente. Para essa afirmativa, destaco a sua história de vida no Movimento:

---

<sup>64</sup> ENTREVISTA. Ivan. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 29/04/2002.

<sup>65</sup> ENTREVISTA. Mineirinho. Che Guevara/Santa Clara, 11/03/2001.

[...] em 92 eu comecei a trabalhar no escritório, dentro do acampamento do MST, porque eu tinha datilografia, e depois eu com uma vontade grande de querer aprender, porque eu também sou professor primário, tenho o magistério. Eu comecei a trabalhar no setor de educação que era pra organizar as crianças pra ter escola até quarta série dentro do acampamento. E depois surgiu um curso de Magistério no Rio Grande do Sul, que a educação do MST é um pouco baseada no Paulo Freire, uma educação onde começa a ensinar a criança dentro da realidade que ela vive, bem diferente dos ensinamentos tradicionais que tem no município. E nesse curso de dois anos e seis meses que eu fiquei em Veranópolis lá no RS, eu aprendi um monte de coisas. Então eu comecei a descobrir que a realidade que eu vivi um monte de tempo não servia pra muita coisa, e dentro do Movimento Sem Terra, nas escolas do MST que eu passei a gostar do projeto de educação que o Movimento Sem Terra tem, e passei a ser militante do Movimento Sem Terra<sup>66</sup>.

O constante ir e vir da organização do Movimento pelos diversos campos além da luta pela terra e na terra dos camponeses demonstrou a dinâmica dos sujeitos na composição do MST, em diferentes espaços<sup>67</sup>. Mas, caso permaneça, para a organização, a interpretação de que as relações são construídas somente no espaço de disputa do poder político, os desejos de emancipação encerram-se na máxima da transformação social que a “vanguarda” prescreve. Por outro lado, se a leitura volta-se unicamente para o enaltecimento do indivíduo sobrepondo-se aos interesses do coletivo, ou pela compreensão dos fatores subjetivos a determinar toda e qualquer ação, corre-se o risco de negar a confluência de saberes que dimensionam os vários espaços da vida. Sawaia ressaltou a importância da

---

<sup>66</sup>ENTREVISTA. Cledson. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 08/03/2001.

<sup>67</sup>As práticas da organização do MST não se encerram, necessariamente, nas ocupações de terra em um só Estado ou somente nessa ação. À época da pesquisa, os militantes e, principalmente, os dirigentes tinham uma fluidez territorial muito grande para o desenvolvimento de suas atividades. Tornou-se comum, principalmente a partir de 1996, militantes e dirigentes do MST no Pontal do Paranapanema se deslocarem para o trabalho com os sem-teto nas periferias de cidades como Campinas, São Paulo, bem como seguirem para a organização de ocupações em outros estados. Diante dessa questão, torna-se necessário entender os sentidos da mística nessa fluidez e nesse deslocamento. Isso presente já na primeira experiência de ocupação de terras na região, quando da vinda de militantes do Rio Grande do Sul e do Paraná para contribuir na organização da ocupação da fazenda Nova Pontal, em 1990.

apreensão de ambos os sentidos, propondo que se busque “superar definitivamente a dicotomia homem-sociedade”<sup>68</sup>:

[...] a realidade objetiva não é um *a priori* distante do homem como algo que se cumpre compreender pela descrição fiel, ela é produto das objetivações da subjetividade. O empírico não é um fenômeno físico, é um fenômeno humano, histórico, e o homem é um ser significante que age sobre o mundo e o interpreta, transformando-o, ao mesmo tempo que é impregnado de objetividade, que é a objetividade da práxis humana num arranjo social em que grupos lutam por se afirmar e dominar<sup>69</sup>. (grifo do autor)

Tais considerações me encaminharam à tese de uma simbiose entre objetividades e subjetividades, sugerindo que o empírico é produto do ser humano, construído em tempo e história vividos pelos homens e mulheres. O MST no Pontal e os diferentes sujeitos evidenciaram essa questão, levando à percepção de que as experiências do acampamento ao assentamento mostraram-se mais ricas do que, por vezes, expressou a teoria. Fez-se necessário então apreender como se constituiu a incorporação e reivindicação de direitos do ser sem-terra, por parte dos camponeses, mesmo depois de assentados. Não é possível, na perspectiva de um movimento e organização social como o MST, com suas instâncias, princípios fundadores e básicos de organização e disciplina, representar sem a participação daquele que está sendo representado. Assim, representado e representação, no meu entender, se fundem em práticas diversas, as quais não se restringem às vias institucionais ou ao poder coercitivo do “mando”. Não há uma obrigatoriedade na participação junto ao Movimento. Diversas são as situações que enunciam desejos se confluindo entre ser movimento e organização, mas não se pode negar o desejo comum da conquista da “terra do trabalho”, enquanto elemento fundador e fundamental a nortear os valores daqueles que nos acampamentos ingressaram.

Se os “valores artesanais” retornaram no assentamento, como afirmou Moraes<sup>70</sup>, não haveria a possibilidade de, a partir desses valores, ir compreendendo os desejos que, longe de serem a negação do saber e a le-

---

<sup>68</sup> SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINKY, Mary Jany. (Org). **O conhecimento no cotidiano**. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 74.

<sup>69</sup> Idem, p. 75.

<sup>70</sup> MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. In: **Caaderno de Formação**, n.1., São Paulo, 1986.

gitimação dos princípios do capital e da propriedade privada, poderiam expressar o seu inverso, ou seja, a resistência a sustentar saberes que a expropriação e a violência não conseguiram anular? Isto não quer dizer que no processo de lutas, em determinados momentos, não tenha havido a arbitrariedade e a negação de “nós”, tanto por parte da organização como dos camponeses de um modo geral, na medida em que, por vezes, as representações traziam na sua essência também uma relação de poder, fosse na leitura estabelecida por parte dos assentados da figura do líder como a síntese do processo de lutas – como, por exemplo, a de José Rainha Jr. –, fossem nas ações de militantes e dirigentes, ao objetivar transformações sociais e políticas para além dos desejos da maioria, compreendendo os seus valores como superiores.

Entendo que os pronomes “ele” e “nós” não são necessariamente negações do MST como força condutora e referência de luta para os camponeses, mas indicam a existência de sujeitos que não se encerram na dimensão do coletivo, todavia, nem por isso são o seu contrário, visto que, em determinadas situações, se sentem parte dele. Trata-se, então, da tessitura de identidades e de alteridades<sup>71</sup>, ou seja, o “eles” e o “nós” se separam e se unificam, se congregam e se diluem, pois trazem em seu bojo a ambiguidade que, longe de ser antônimo da luta, torna-se um de seus elementos fundadores e condutores, ao possibilitar a multiplicidade, isto é, a riqueza de ser Movimento (coletivo) e ser sujeito (indivíduo) ao mesmo tempo, para além dos limites que as conceituações de “massa” e de “vanguarda” impõem.

Nessa reflexão, vejo a possibilidade de ultrapassar a denominação de “organização institucionalizada”, designada por Navarro e por Martins, exposta apenas na figura da direção e da militância, por entender que o que move as pessoas no Movimento, em movimento, apresenta-se como um misto de razão e de paixão, nas condições objetivas e subjetivas da vida, a impulsionar as práticas e representações frente às derrotas e vitórias. A paixão, cerne da subjetividade, expressa particularmente na mística do Movimento e naquilo que os sem-terra carregaram consigo ao adentrarem no

---

<sup>71</sup> Observa JOVCHELOVITCH, Sandra. Re (Des) Cobrindo o outro. In: ARRUDA, Ângela. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.69, em relação à alteridade que: “A consciência do outro em sua alteridade, ou seja, a consciência da diferença, é um problema de proporções históricas e de contínua importância na vida de grupos e comunidades. Longe de ser um problema crescente, as relações que o *eu* desenvolve com ser outro, desde tempos imemoráveis, têm provocado medo, segregação e exclusão”.



MST: a esperança e o desejo de conquistar a terra, assim como, por parte da organização, de transformar a sociedade. A razão, enunciadora de identidades e de alteridades, tanto para os camponeses assentados quanto para a organização, ao explicitar que se fazia necessário o tempo do plantio, o cuidado com a planta, a colheita para os primeiros, como também a semeadura de sonhos para aqueles que sabiam ter que viver na pele as intempéries dessa condição, e fizeram a opção pela condição de entrega.

Nesse sentido, a discussão a seguir busca compreender, de forma breve, o MST na história do tempo presente, não se limitando à representação exclusiva de uma ou outra liderança, por entender que são os homens, mulheres, jovens e crianças, em sua diversidade - dos acampamentos, assentamentos, escolas de formação - como a Escola Florestan Fernandes, criada em 2005 - que, na multiplicidade de lutas, explicitam a história desse Movimento.

## **O tema da Tese após 16 anos: O MST e o presente em tempos de pandemia**

Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma 'morte em vida'. E a 'morte em vida' é exatamente a vida proibida de ser vida.<sup>72</sup>

No contexto em que estudei as ações do MST no Pontal do Paranapanema-SP, as práticas do trabalho em grupos, em núcleos, a vida nos assentamentos ou mesmo a resistência às cooperativas, semelhante ao que assinalou o geógrafo João Fabrini, ao estudar alguns assentamentos localizados no sudoeste do Paraná, no início do século XXI, referendavam bem mais as potencialidades de ação política dos sujeitos envolvidos do que a leitura de que seriam as condições econômicas que determinam a consciência de classe e os seus limites:

[...] os trabalhadores sem-terra vão construindo relações que garantem a sua existência sem negar os valores do campesinato. Daí a importância do reconhecimento e valorização da força transformadora que está presente nas relações camponesas estabelecidas no espaço dos assentamentos. É preciso reconhecer o

---

<sup>72</sup> FREIRE, Op. Cit, 2000, p.170.

potencial de resistência e transformação social implícita em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A luta pela manutenção da terra é uma evidência deste potencial<sup>73</sup>.

Montes, discutindo os sistemas de representação da cultura popular, assinalou ser preciso ultrapassar a leitura única do econômico ou do político nas interpretações da cultura do povo ou da sociedade, sugerindo uma interação de valores, numa perspectiva em si, ambígua. Por ser ambígua, explícita ainda a possibilidade de analisar a riqueza das relações entre os homens e mulheres nos assentamentos e no MST: “[...] os ‘sistemas de representação’ – noções, ideias, valores, normas de conduta etc. – em que consiste a ‘cultura’ de um povo ou de uma sociedade em um determinado momento de sua história não se resumem nem se deixam esgotar da perspectiva de sua funcionalidade política, ou sua capacidade de serem utilizados como instrumentos de ratificação ou negação das relações de poder existentes nessa sociedade”<sup>74</sup>.

Essa observação é relevante para a discussão das múltiplas dimensões da vida do ser indivíduo e coletivo no Movimento, amalgamados, ou seja, ser assentado, militante ou dirigente em situações imbricadas. Não se tratou, então, na tese realizada faz dezesseis anos, do entendimento de que era preciso esfacelar o político ou o econômico, em favor do ser social ou cultural, para a compreensão da luta pela terra e do MST nos assentamentos analisados, mas na premissa de um entrelaçar de valores, a expor a dinamicidade de práticas e de representações que não deixaram de ser ambíguas, mas nem por isso de serem profundas na composição das ações de homens e mulheres em diferentes tempos do acampamento ao assentamento.

As considerações de Fabrini são novamente relevantes para compreender a dimensão da solidariedade constante nos assentamentos por ele pesquisados, como potencialidade para as lutas:

---

<sup>73</sup> FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.14.

<sup>74</sup> MONTES, Maria Lucia Aparecida. **Lazer e ideologia** – A representação do social e do político na cultura popular. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.19.

As ações comunitárias são aquelas atividades realizadas nos assentamentos mediadas pela solidariedade entre as pessoas e sem a complexidade que envolve as relações de classe. A ajuda mútua, por exemplo, é movida mais pela solidariedade e ‘espírito’ comunitário do que por um projeto de transformação social e de natureza política. Não se constitui em si como um projeto de transformação social. Mas, estas relações comunitárias podem ser potencializadas, para transformações na estrutura da sociedade e por isso, possuem também conteúdo político<sup>75</sup>.

Tomando como referência Boff<sup>76</sup>, entendo que se faz necessário apreender o homem na sua completude, pois não há um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades da vida. Por compor-se dessa completude, o sujeito apresenta a sua complexidade. Por vezes, fragmenta-se em vista das formas de acomodamento e de resistência que vão sendo desenhadas para a continuidade da vida. Mas essa fragmentação aparente carrega consigo uma expressão daquele que se acomoda e ao mesmo tempo resiste. Chauí, ao referir-se à cultura popular, já discutia essa questão nos idos dos anos 1980:

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação<sup>77</sup>.

Enquanto seres ambíguos há, assim, uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como verdades apresentam-se mais como camisa de força do que instrumento para a transformação social e a liberdade. Apreender a dimensão dos valores sinaliza ainda

---

<sup>75</sup> Op. Cit, 2002, p.8.

<sup>76</sup> BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Ética do humano – compaixão pela terra. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>77</sup> CHAUI, Marilena de Souza. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.124.

para o entendimento de que se há a ambiguidade, ela não pode, por outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação, etc. Percebo essa preocupação no MST ao enfatizar, ao longo de sua história, a necessidade de denúncias das condições de vida e de trabalho em que se encontra a maior parte da população, e realizá-las na concretude da vida, em práticas que se tornaram também representações de sua história de lutas, a exemplo das marchas, ocupações, etc, e no presente caótico em que vivemos, em tempos de pandemia da COVID-19, por ações solidárias que têm tomado os campos e cidades, na produção e distribuição de alimentos, da comida como o fundamento dos “mínimos vitais” para o campesinato, como já enunciados por Antonio Cândido.

Mas, retomando o histórico deste século e a necessária ponderação sobre os rumos do MST e as relações estabelecidas com os governos, especialmente de sua organização, é possível dizer que entre os anos de 2003 a 2016, parte significativa das lideranças não conseguiu tecer a crítica, por dentro, para manter o que edificou o Movimento em seu nascedouro: a autonomia e a liberdade<sup>78</sup>. A tragédia desta situação foi evidenciada em algumas práticas dos governos de Lula e de Dilma Rousseff, ao legitimar e mesmo fortalecer as políticas do agronegócio, sem se contrapor a elas, tratando-as como parte do jogo político de negociação. O argumento da organização do MST era do “governo em disputa”, como consta no documento *A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST*, lançado em São Miguel do Iguaçu-PR, em 2004.

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup>BORGES, Maria Celma. A história rural entre roças, pobres da terra e ‘a reforma que virou suco’: da América portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos Governos Petistas** (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas). Curitiba: Editora CRV, 2018.

<sup>79</sup> Direção Nacional, 2004, p. 25, Apud SILVA, Luciana Henrique da Silva. **A trajetória do MST nos Anos 2000: avanços e recuos na luta pela Reforma Agrária no Brasil**. 2012, p.6. Disponível

É inegável o avanço de políticas públicas voltadas ao campo nas administrações do governo central do Partido dos Trabalhadores, em ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vinculado ao Fome Zero; o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre vários outros projetos como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com as Escolas do Campo e as Licenciaturas de Educação do Campo; o Luz para todos, entre outros. A bandeira da “Reforma Agrária”, todavia, foi deixada de lado pela relação umbilical entre o governo e o agronegócio<sup>80</sup>, sem que esta questão histórica fosse resolvida ou ao menos problematizada por meio de ações que não se reduzissem ao paliativo.

No que se refere ao modo como os dois últimos governos vêm lidando com os movimentos sociais dos campos e cidades, especialmente com o MST, é possível dizer que se fundamenta nas tentativas de criminalização de suas ações. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer explicitou o compromisso com os grupos de poder e que controlam a propriedade da terra no país.

O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, solidificou esta prática e, sem peias, sem limites, veio explicitar o não lugar destinado aos povos da terra também nesta história recente<sup>81</sup>. O que se enuncia neste governo acelera e assevera ainda mais a perseguição e a tentativa de criminalização dos movimentos sociais dos campos e cidades<sup>82</sup> e o descompromisso

---

vel em: [http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a\\_rtajetoria\\_do\\_mst.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_rtajetoria_do_mst.pdf). Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>80</sup> Essa relação umbilical foi evidenciada na figura de Kátia Abreu, defensora do Agronegócio e nomeada como Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no segundo governo de Dilma Rousseff (de 2015 a 2016). Kátia Abreu, senadora pelo Estado de Tocantins, foi presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins entre 1995 e 2005 e presidiu a bancada ruralista no Congresso Nacional. “Dona de uma fazenda de soja e de gado no Tocantins, ela nunca escondeu suas posições contra a demarcação e o assentamento de terras”. Informações Disponíveis em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/katia-abreu-miss-desmatamento-fiel-a-dilma-e-vice-de-ciro/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>81</sup> Anterior à sua posse, a posição do atual governo já evidenciava a interpretação sobre o MST: “O capitão reformado do Exército ressaltou que espera que os atos de invasões e depredações passem a ser enquadrados como atos de terrorismo. ‘Movimento social que invade propriedade não temos que conversar com ele. Tem que ser enquadrado na lei’, afirmou Bolsonaro”. (FONSECA, Marcelo da. Não tem conversa com o MST’, diz Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.em.com.br>. Acesso em : 29 out. 2018.

<sup>82</sup> A reportagem da TV Record, do Bispo Edir Macedo, ao tratar sobre o Encontro dos Sem-Terrinhas, ocorrido em Brasília, em fevereiro de 2019, com a presença de 1200 crianças e

com políticas públicas que atendam a esses grupos. O controle e a tentativa de retirada de direitos, inclusive de organização desses movimentos para reivindicar as suas pautas centrais, vem sendo comum nos dois últimos governos, mas infelizmente são práticas que se alimentaram de seus antecessores<sup>83</sup>.

Paulo Freire, entendendo a liberdade como conquista e não como doação, diz que esse exercício ocorre numa busca permanente: “[...] que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é a ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos”<sup>84</sup>.

Ao observar este cenário do tempo presente é possível perceber que os sem-terra, na luta pela liberdade, tentam se reinventar no modo possível de cada dia e face ao arbítrio e violência que tem sido práticas comuns dos interesses públicos e privados. A luta pela liberdade é uma marca do MST mesmo que em alguns governos isto tenha se dado de forma ambígua, contraditória. Mas, talvez o grande desafio seja entendermos como chegamos a este quadro de violências na história do Brasil recente. É preciso o compromisso de desvelar e problematizar, insistentemente, este cenário, desnaturalizando a barbárie e numa história a contrapelo entendermos que a luta pela terra, pela Reforma Agrária, e por muitos outros direitos his-

---

adolescentes de todo o país, centrou-se numa fabricação de imagens de modo que desqualificassem toda e qualquer ação do Encontro na perspectiva de produção do conhecimento e de espaço de lazer, saber e entretenimento. A reportagem da Revista Carta Capital ao analisar a trilha sonora, os efeitos visuais e as falas enviesadas dos “juristas e estudiosos dos direitos da criança e do adolescente”, entrevistados pela emissora, explicitou os interesses desta matéria: O vídeo pode ser encontrado no Yotubee, no site: <https://www.youtube.com/watch?v=mq7ZmICsKgk>

<sup>83</sup> Esta afirmativa se sustenta na medida em que um dos impeditivos e talvez um dos maiores bloqueios para a continuidade da ocupação de terras, como instrumento de luta e fortalecimento do direito moral a terra versus o direito legal, imposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não foi alterado nos dois governos de Lula e nem por Dilma Rousseff. Estou me referindo à Medida Provisória n.2.183-56 em que: “impôs-se que as terras ocupadas não poderiam mais ser objeto de desapropriação. A ocupação de terras e a organização dos acampamentos na área desejada fora sempre uma das estratégias fundamentais para o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais, especialmente do MST, pois são espaços de aprendizagem e de formação política, tal como a terra ocupada e cultivada pelos sem-terra a evidência do direito moral de permanência”. BORGES, Op. Cit, 2018, p.184.

<sup>84</sup> Op. Cit, 2001, p.34.

toricamente usurpados enraizou e fez brotar ações de resistência desde as primeiras cercas.

Foram muitos os retirantes da seca desde fins do XIX e no decurso do século XX, a exemplo de minha família, expulsos da terra não somente pela questão climática, mas principalmente pelo poder local dos grandes coronéis, “donos das terras”, ao cercá-las e condicionar os sertanejos às condições mais adversas, como a falta da liberdade e a expropriação e violência do trabalho. O sonho da “terra prometida”, com um forte caráter messiânico, marca a história desses homens e mulheres. Em vista disso, muitos movimentos sociais do campo, no Nordeste, mas também em outras regiões do Brasil, carregaram esta tônica, a exemplo de Canudos, Contestado, Juazeiro, Santa Fé do Sul, entre tantos outros. Ainda que carregando este caráter “messiânico” esses movimentos contribuíram para desnudar a questão da concentração da terra e violência sobre os povos da terra como uma herança nefasta de nossa história.

Se os movimentos sociais, especialmente o MST, encontraram fôlego para brotar com a força do chão da terra em fins dos anos 1970 e permanecem em luta até o tempo presente, a semente foi germinada já de longa data, desde que a terra foi tomada de seus primeiros habitantes. É imprescindível estudar essas lutas, pois como sugeriu Lília Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes, na introdução do “Dicionário Escravidão e Liberdade”: “Lembrar é, por isso mesmo, exercício de rebeldia, de não deixar passar e de ficar para contar”<sup>85</sup>. Oliveira, já em fins dos 1990 enunciava:

[...] se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação<sup>86</sup>.

Partindo da leitura deste geógrafo e estudioso da questão agrária no país, é possível dizer que talvez este tempo seja aquele em que os movimentos sociais, dos campos e cidades, possam retomar o rumo de sua his-

---

<sup>85</sup> SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.17.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.14.

tória para além das amarras que os prenderam as ações de governos anteriores, já que, contraditoriamente, por mais de uma década, parte significativa de suas lideranças tornou-se refém dessas ações governamentais. Em dezesseis anos do término da tese, infelizmente, é possível dizer que há muito mais permanências do arbítrio e da violência sobre os povos da terra do que o seu contrário. A Reforma Agrária continua inconclusa, inexistente, e o governo atual, de extrema direita, alicerça práticas e discursos que ferem frontalmente a esses movimentos e aos pobres da terra de uma forma geral. Faz-se necessário, então, que a sociedade mais ampla, semelhante ao que ocorreu nos anos 1990, consiga enxergar os movimentos sociais, dos campos e cidades, como o sinônimo da esperança, ou seja, como aqueles que, por viverem na pele, no corpo, no sangue, as condições adversas da pobreza e da exclusão, são os que melhor podem nos ensinar a dimensão humana, como já disse Paulo Freire, em texto aqui relacionado.

Exemplo disso vem se dando neste cenário da pandemia em 2020 em que os acampamentos e assentamentos do MST têm produzido alimentos saudáveis e disponibilizado o excedente para famílias carentes<sup>87</sup>. Os canais televisivos de comunicação que cobrem a pandemia em números da tragédia das mortes que, no mês de julho, alcançaram mais de 80 mil pessoas, com mais de dois milhões de infectados, não têm a sensibilidade de enunciar práticas de solidariedade e humanidade destes movimentos, limitando-se à narrativa da generosidade das grandes empresas, como todas as noites faz o Jornal Nacional, da Rede Globo. Mas, a imprensa alternativa,

---

<sup>87</sup> São várias as notícias que dão conta de explicitar as ações de solidariedade evidenciadas nas doações de alimento do MST, ao menos em dezessete estados, para as famílias necessitadas, especialmente das periferias e em condição de rua, como as que constam no site do Movimento. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/10/historico-e-acoes-de-saude-domst-em-meio-a-pandemia-sao-temas-de-pesquisa/>. Também é possível encontrar essas matérias em outros veículos de imprensa, em diferentes cantos do Brasil. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/05/mst-contribui-com-alimentos-para-distribuicao-de-marmitas-na-periferia-de-porto-alegre/>; <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-Kotscho/2020/07/04/fazendeiro-destroi-lavoura-do-mst-destinada-a-doacao-de-alimentos.htm>; <https://www.leijaja.com/noticias/2020/06/26/mst-doa-mais-de-23-mil-toneladas-de-alimentos-em-2020/>; [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/galeria\\_de\\_imagens/2020/07/747265-assentamentos-do-mst-ja-doaram-150-toneladas-de-alimentos-na-pandemia-no-rs.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/galeria_de_imagens/2020/07/747265-assentamentos-do-mst-ja-doaram-150-toneladas-de-alimentos-na-pandemia-no-rs.html); <https://revistaforum.com.br/movimentos/mst-organizacao-de-44-toneladas-de-alimentos-no-interior-do-parana/>; <https://amazonia.org.br/2020/06/campanha-nacional-do-mst-ja-dou-1-200-toneladas-de-alimentos-durante-pandemia/>; <https://spbancarios.com.br/04/2020/mst-solidariedade-entra-em-campo-contra-o-coronavirus>, entre outras notícias. Acesso em: 16 jul. 2020.



outros jornais e o site do MST trazem evidências de que são reais estas práticas por muitos lugares, inclusive de alimentos advindos daqueles lugares que ainda não tiveram acesso à terra, como os acampamentos. Isto se evidencia pelo território nacional e é preciso buscar esses dados para enxergar além do que nos fazem querer ver.

Sobre esta questão, fugindo à prática comum dos maiores meios de comunicação, chama atenção a reportagem *online* de Mariana Grilli, da Revista Globo Rural, de 04 de Abril deste ano, intitulada “Em meio ao coronavírus, MST doa 20 toneladas de arroz orgânico para comunidades carentes em RS e SP”, ao observar que:

Comunidades carentes pelo Brasil têm enfrentado dificuldades para comprar mantimentos, à medida que alguns alimentos têm registrado preços elevados devido à alta demanda durante a pandemia do coronavírus, como é o caso do arroz e feijão. A fim de ajudar este grupo de pessoas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se organizado para doar arroz, feijão e hortifrúti orgânicos nos estados do Rio Grande do Sul, estado em que acontece a produção, e de São Paulo.

Milton Fornazieri, coordenador de produção do MST, explica que cooperativas da reforma agrária junto com o Movimento doaram 12 toneladas de arroz orgânico para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar de Porto Alegre (Consea-RS) e o órgão administra a destinação do alimento. ‘Tem muita gente que está procurando ajudar as pessoas mais necessitadas para suavizar a crise. Nossas cooperativas, por serem bem conhecidas nas regiões Nova Santa Rita, Eldorado do Sul e Charqueadas, têm recebido muitos pedidos de doação de alimentos e era necessário organizar esse processo para atender o maior número de pessoas possível’, diz.

Além da doação no Rio Grande do Sul, oito toneladas de arroz serão destinadas para São Paulo na próxima semana, de acordo com Fornazieri. ‘É claro que arroz tem impacto maior por ser em maior quantidade. Mas, também tem feijão e hortifrutigranjeiro. A Grande Porto Alegre tem produção orgânica de hortifrúti e as cooperativas organizam para doação.’<sup>88</sup>

E neste novo olhar, tecido e alimentado pela generosidade, quem sabe o MST consiga recuperar a confiança e o sinônimo de esperança da so-

---

<sup>88</sup>Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/04/em-meio-ao-coronavirus-mst-doa-20-toneladas-de-arroz-organico-para-comunidades-carentes-em-rs-e-sp.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

cidade brasileira, como nos anos 1990, especialmente em 1997, quando múltiplas ações, de vários lugares do Brasil e de outras partes do Mundo, vieram se somar às lutas dos homens, mulheres e crianças sem-terra que saindo de todos os rincões de nosso país se dirigiram em marchas a Brasília; pela exposição “Terra”, de Sebastião Salgado, materializada em livro com o prefácio de José Saramago; pelo CD “Terra”, de Chico Buarque, e por muitas outras ações que naquele momento histórico conseguiram chegar até a sociedade como um todo e mostrar outra face deste Movimento, muito diversa da desenhada pelos dois últimos governos.

## **Considerações Finais**

Se pensarmos no cultivo de alimentos, tendo por base a agroecologia, é inexistente esta produção derivada do agronegócio. São os sítios e os assentamentos, com suas pequenas roças e hortas, pela agricultura camponesa e por toda a reflexão e prática oriundas também do MST, quem produz alimentos saudáveis, onde a vida não se reduz ao capital. O agronegócio cotidianamente nos envenena, alimentado pela política de liberação dos agrotóxicos e pela devastação do meio ambiente, como na Amazônia (pelas queimadas cujo aumento é devastador nesses tempos de governo Bolsonaro, e também a violência sobre os recursos naturais e os povos originários, quilombolas, sem-terra, entre outros).

O governo atual, semelhante aos anteriores, mas conseguindo superá-los em alguns pontos, especialmente no emprego da violência e nos desmandos dos órgãos governamentais, evidencia a opção pela mercadoria, pelo mercado, e conseqüentemente pela negação da vida, especialmente na referência aos pobres da terra. Não é preciso muito esforço de análise para fazer esta constatação. Basta olhar para o que vivemos ao nosso redor.

É tempo de retomar o protagonismo que fez (re)nascer esses movimentos sociais de luta pela terra e para nela permanecer, como o MST, pois constituíram-se (e se constituem) de vidas, de sonhos, de histórias que alimentaram (e alimentam) as lutas e continuidades das ações, já que imersas na história do campesinato, como, por exemplo, no desejo do roçado, da terra de trabalho, de liberdade e de morada da vida. É fundamental conhe-

cer esta história, pois como diria Marc Bloch, “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”<sup>89</sup>.

Recorro a minha história de vida, enunciada na Introdução, e observo que enquanto historiadora do mundo rural o meu papel é o de pensar a história do tempo presente de forma crítica e comprometida com estas lutas, atenta a esse cenário, a fim de tecer interpretações em que esteja em jogo a análise dos discursos governamentais e das ações e representações do MST, pelo estudo da ação humana no tempo e em sua dinamicidade. Também a reflexão do lugar de onde escrevo é um exercício necessário, pois as questões do presente instigam o estudo do passado e vice-versa. Marc Bloch<sup>90</sup> já nos dizia faz muitas décadas que onde encontrarmos a “carne humana” ali se encontra nosso objeto.

Contar a história de luta do MST incomoda porque retira do lugar de conforto o arbítrio. As evidências históricas da história rural, desde a Colônia, nos mostram o campesinato imerso de forma intensa na produção de alimentos e, conseqüentemente, da vida. São essas histórias que precisamos recuperar a fim de mostrar a beleza desse universo, marcado por um mosaico de agentes sociais e de lutas, de gente simples que entende ter em mãos somente aquilo que conquistar a partir das lutas. Do passado ao tempo presente, os movimentos sociais nos ensinam ser possível recuperar a dimensão da humanidade. Que saibamos tecer essas tramas, buscar e narrar essas histórias, em tempos difíceis nos quais a esperança mais que nunca precisa ser a nossa âncora.

---

<sup>89</sup> BLOCH, Marc, Apud CHAVEAU, Ágnes; TÉTARD, Phillipe. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p.10.

<sup>90</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.